



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão**

R. Joaquim Nabuco, 235 - Matriz - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55612-450 - F: (81)3523-0318

Processo nº 002413/2009-00

Turma - AM

Demandante: DAMIÃO JOSE DA SILVA

Demandado: AMERICAN LIFE

Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/

**CITAÇÃO**

Fica V.Sa. cliente da queixa ajuizada nos autos do processo acima, e intimada a comparecer a este Juizado, sito à R. Joaquim Nabuco, 235 - Matriz - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55612-450, no dia **04/03/2010**, às **09:00h**, para a sessão de conciliação deste Processo E não havendo acordo, em ato contínuo, audiência de instrução e julgamento, deste Processo (art. 10, Resolução nº 223/2007 do TJPE)

Fica V.Sa. advertida de que:

1) não comparecendo, importará em revelia, caso em que, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelo autor, na queixa em anexo, e se dará o julgamento de plano da ação (art. 319 do CPC c/c art. 20 da Lei nº 9.099/95);

2) frustrada a tentativa de conciliação, a defesa e todas as provas, documentais e/ou testemunhais, estas em número máximo de três, deverão ser produzidas em audiência de instrução e julgamento que lhe seguirá em ato contínuo. Na oportunidade, deverão se apresentar acompanhadas de advogado nas causas de valor superior a 20(vinte) salários mínimos.

Vitória de Santo Antão, 17 de setembro de 2009.

*[Assinatura]*  
Chefe de Secretaria



CONTRATO EST/TJPE  
Nº 4065000-1-1

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/**  
RUA SENADOR DANTAS, 78 3 ANDAR - CENTRO RIO DE JANEIRO-RJ CEP: 20031205

13468 23/11/2009 04:1262 SEGURADORA LIDER DPVAT 1º 99028



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão  
R. Joaquim Nabuco, 235 - Matriz - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55612-450 - F: (81)3523-0318

## TERMO DE APRESENTAÇÃO DE QUEIXA

Processo nº 002413/2009-00 Turma - AM  
Tipo - Outros

Demandante: DAMIÃO JOSE DA SILVA  
Profissão: Não Informada Estado Civil: Solteiro  
CPF: 058.663.374-01 RG.: 6871581 SDS/PE  
Endereço: RUA DOIS, 463 - ALTO JOSÉ LEAL  
VITÓRIA/PE - CEP:

Demandado: AMERICAN LIFE  
CNPJ: 00.000.000/0000-00  
Endereço: RUA MINAS GERAIS, 209 - CONSOLAÇÃO  
SÃO PAULO/SP - CEP: 01244011

Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/  
CNPJ: 00.000.000/0000-00  
Endereço: RUA SENADOR DANTAS, 78 3 ANDAR - CENTRO  
RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20031205

### FATO-PEDIDO

CONFORME PETIÇÃO EM ANEXO.

Valor da Causa: R\$ 12.555,00

O(s) Demandante(s), por si ou por seu(s) advogado(s), declara(m) aprovar o texto supra, ficando cliente(s) da designação da sessão de conciliação para o dia 04/03/2010, às 09:00h, no endereço deste Juizado, E de que, não havendo acordo, terá início, em ato contínuo, audiência de instrução e julgamento, devendo nela produzir todas as provas, documentais e/ou testemunhais, estas em número máximo de três, dos fatos alegados na queixa, ainda que não requeridas previamente, sob pena de preclusão (Resolução nº 223/2007, do TJPE).

Ficando ciente que nas causas de valor superior a 20(vinte) salários mínimos, as partes deverão se apresentar acompanhadas de advogado

Vitória de Santo Antão, 17 de setembro de 2009.

*[Assinatura]*  
DAMIÃO JOSE DA SILVA  
22820 CAB/PE  
*[Assinatura]*  
Chefe de Secretaria



JULIANA MAGALHÃES  
22.820 OAB/PE  
ADVOGADA

- EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO I JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE  
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE.

**DAMIAO JOSE DA SILVA**, brasileiro, solteiro, RG nº. 6871581 SDSP/PE, CPF nº. 058.663.374-01, residente na Rua Dois, nº. 463, Alto Jose Leal, Vitoria de Santo Antão-PE, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seu advogado abaixo assinado (doc.1), com endereço para notificações e avisos de estilo na Rua Marta Franca de Lima, 66, Jardim Atlântico, Olinda/PE, CEP 53060-760 propor a presente **AÇÃO REIVINDICATÓRIA COMPLEMENTAR DE COBERTURA SECURITÁRIA – DPVAT**, com fulcro no Código Civil, CTR e nas Leis Federais de nº 6194/74, 8441/92 e 11.482/07 em face de **AMERICAN LIFE**, com sede na Rua Minas Gerais, nº. 209, Consolação, São Paulo / SP, CEP 01244-011 e a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na Avenida Senador Dantas, nº. 74,5º andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, consoante os fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

#### 1. DOS FATOS

O autor é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), posto que o mesmo foi vítima de acidente de trânsito no dia 03/11/2007 e teve como consequência debilidade permanente do membro inferior direito .

O aviso de sinistro foi protocolizado, depois que toda a documentação exigida foi entregue a prestadora de serviço da Federação das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, sendo que esta entidade indicou a empresa Ré para efetivar a cobertura, pois a mesma é participante do convênio DPVAT.

A empresa seguradora ora ré registrou o sinistro, para logo após, que recebida a documentação exigida para cobertura foi entregue pelo autor, vindo a receber pela debilidade do membro inferior direito valor de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

Ocorre que o autor recebeu a menor, pois o patamar para cálculo em caso de cobertura de invalidez permanente, segundo legislação regulamentadora da matéria é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) (Lei nº 11.482/07, art. 8º), sendo este o valor que deveria receber.

O requerente procurou a seguradora, entretanto, lhe informaram que o valor era determinado pela SUSEP (SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DOS SEGUROS PRIVADOS) e fixado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Apesar das várias tentativas administrativas para receber o complemento, a demandada negou o pleito, não restando outra opção senão pedir a proteção jurisdicional.

## II. DO DIREITO

A finalidade principal do seguro em tela é estabelecer a garantia de uma indenização mínima. O pagamento resulta do simples evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva das seguradoras que formam o consórcio DPVAT pelos danos pessoais que venham a causar às vítimas de trânsito, independente da apuração da culpa. Essa garantia, no caso de invalidez permanente, é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), determinado pelo Art. 8º da Lei nº 11.482/07, que ampara a pretensão da presente ação, in verbis:

Art. 8º Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (NR)

Para o recebimento da indenização por invalidez permanente prevista no Seguro DPVAT o postulante deverá apresentar documentos capazes de demonstrar o fato, o dano dele resultante e sua qualidade de beneficiário. Essa é a exigência do art. 5º, § 1º, letra "b", da Lei nº 6.194/74:

Art. 5 O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela Lei 8441/91) (...)

b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais;

Além desses documentos, para comprovação da invalidez permanente é exigida também a apresentação de laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente.

Referente à invalidez permanente do autor o laudo do IML (Instituto de Medicina Legal) acostado aponta sem titubeios que o autor tornou-se portador, em razão do acidente, de debilidade do membro inferior direito, seqüelas de caráter definitivo e irreversível. Portanto, diante da gravidade da situação, a indenização a que faz jus é aquela correspondente ao máximo previsto na lei: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

No entanto, conforme mencionado anteriormente, a empresa seguradora pagou a indenização a menor, pois a quantia certa para cobertura de invalidez permanente, conforme legislação regulamentadora da matéria é de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme Lei acima descrita, porém a quantia paga foi baseada no valor determinado pela SUSEP (SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DOS SEGUROS PRIVADOS) e fixado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), contrariando as leis federais acima mencionadas. Ocorre que a tabela fixada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) através de resoluções não possui qualquer amparo legal.

Logo, o entendimento que o Art. 3º da Lei de nº 6.194/74, determina o patamar de 40 (quarenta) salários-mínimos não há qualquer incompatibilidade entre aquele comando legal e as normas inseridas nas leis posteriores, neste sentido o seguinte julgado: **"O ponto fulcral dessa lide desdobra-se em duas vertentes: a primeira diz respeito à hierarquia das normas, quando se tem uma resolução frente a uma lei ordinária; a segunda nos coloca diante da vedação do valor do salário mínimo como parâmetro de indenização. Tanto em um como em outro caso, é pacífica a jurisprudência não só desse Colegiado, como do próprio STJ. É de saber pueril que uma resolução não pode modificar, revogar ou derrogar uma lei ordinária,**

norma hierarquicamente superior. Já a fixação da indenização securitária em número de salários mínimos não afronta as normas que vedam a sua utilização como parâmetro de correção monetária, dês que não se trata, na espécie, do uso do salário mínimo como índice de reajuste.”(1º CRC/PE, Recurso nº 1775/2006, Relator Ricardo Pessoa dos Santos, j. 21/11/2006)

Observa-se que o art. 12 da Lei nº. 6.194/74 atribui poderes ao CNSP (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS) para expedir normas regulamentadora e tarifas que atendam ao disposto naquela lei, não inclui a prerrogativa de estabelecer valores de indenização de forma contrária da que foi prevista na própria lei. Portanto, não deve prevalecer às resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e as tabelas divulgadas pela Federação Nacional de Seguros Privados (FENASEG), que determinam valores indenizatórios divergentes com o fixado no art. 3º da Lei nº. 6.194/74, por absoluta falta de amparo legal.

Neste sentido, o seguinte julgado:

“Em se cuidando de pagamento de seguro, não se cogita da correção monetária de valores, porquanto estes se acham desde logo demarcados pela Lei nº 6.194/74: até quarenta salários mínimos, no caso de invalidez permanente, sendo, portanto, valor da indenização, quantificação da verba indenizadora, emanada da lei, não há correção monetária no sentido técnico-jurídico. Logo, essa é a indenização que cabe ao beneficiário da vítima, pouco importando que outra venha prevista no bilhete de seguro ou em resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados. Com efeito, tais resoluções podem estabelecer normas para pagamento da indenização e a forma de sua distribuição da responsabilidade entre as seguradoras, sem intervir, porém, no quantum da indenização, visto que este se encontra regulado pela lei” (TJMS, APC, Processo nº 2003.005963-6, Rel. Dês. Hamilton Carli). No mesmo sentido: “De mais a mais, não tendo a lei contemplado qualquer ressalva quanto a grau de invalidez quando na hipótese de invalidez permanente como resultante de acidente automobilístico, não cabe ao CNSP, a pretexto de uma suposta regulamentação das normas legais atinentes aos seguros privados, incluindo-se, nestes, o seguro obrigatório, fazê-lo. Felizmente, a jurisprudência pátria vem solidificando seu entendimento no sentido de estabelecer os limites dessa regulamentação com vistas a não infringir, sob aquele pretexto, normas cogentes de índole legislativa. Neste sentido, é amplamente solidificado o entendimento de que não podem os expedientes administrativos modificar o estabelecido na legislação pertinente e isso no que diz respeito também, e notadamente, aos valores devidos a título de indenização. Nesta ótica, vejo, em comunhão com o entendimento dominante, que as instruções e resoluções expedidas pelo CNSP acerca do *quantum* indenizatório não

têm o condão de excepcionar a aplicação da Lei Federal n.º 6.194/74, que em seu art. 3º, b, fixa em até 40 (quarenta) salários mínimos o valor indenizatório, em caso de invalidez permanente, justamente a hipótese que se discute.”(1º CRC/PE, Recurso nº. 2249/06, Rel. Luiz Mário de Góes Moutinho, j. 06/12/2006).

**DESNECESSIDADE. FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMO. PREVALÊNCIA DA LEI DE REGÊNCIA QUANTO AO LIMITE INDENIZATÓRIO.**

— Constando nos autos laudo pericial emanado de Órgão oficial que concluiu a debilidade permanente na pessoa da acidentada, informando as privações pela mesma sofridas, não há o que falar em produção de outra prova pericial técnica, mesmo porque os senhores peritos que firmaram o laudo basearam também no laudo radiológico realizado na data do sinistro. II Para a caracterização da invalidez permanente basta a perda ou impotência funcional, total ou parcial, de um membro ou órgão em caráter definitivo, após o término do tratamento após o término do tratamento não sendo necessário que o acidentado fique totalmente impossibilitado de exercer outros misteres. Documentos que comprovam que a debilidade permanente é resultado de acidente automobilístico, IV Torna-se totalmente desnecessário laudo pericial indicando o grau da invalidez se a própria parte se apresenta em Juízo, restando visível os olhos imparciais Juíza magistrada. V A indenização, por invalidez permanente, decorrente de seguro obrigatório em quarenta salários mínimos guarda conformação com a lei nº 6.194/74 (art. 3 que não foi revogada pelas leis de números 6.205/77 e 6.423/77 e tão pouco constitui ofensa ao texto constitucional que veda a utilização do salário mínimo como fator de correção monetária. VI .. Recurso conhecido e improvido. VII — Sentença mantida”. (RECURSO CÍVEL Nº 454/05 / JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CÍVEL DE MACAPÁ, Relator: Juiz CARLOS CANEZZIN, 11 de maio de 2005).

Jurisprudências do TJES e TJDF que embasa esse entendimento:

Acidente de veículo – Cobrança de Seguro DPVAT – Tarificação estabelecida por tabela da seguradora – Ausência de suporte legal – Recebimento do valor total do seguro – Comprovada a incapacidade permanente para o exercício de atividade laboral – Sentença mantida – Recurso improvido (TJES – AC 24990124588 – 3ª Câmara Cível – Relator: Dcs. José Eduardo Grandi Ribeiro – Julgado em 19/03/2002);

Civil – Indenização – Seguro Obrigatório de Veículo – DPVAT – Complexidade pericial ausente – Laudo do IML local – Inexistência de cerceamento de defesa – Preliminares afastadas – Invalidez permanente – Valor da indenização consoante a lei de regência – (...) Constatada, através de perícia do IML local, a invalidez permanente, que incapacitou definitivamente a vítima para o trabalho e subsistência sem ajuda de terceiros, a indenização há que ser pelo valor total previsto na alínea “b”, do art. 3º, da Lei nº. 6.194/74, não podendo sofrer limitações por regras ditadas por simples Resolução, de hierarquia inferior TJDF – ACJ 20010710121340 – DF 2ª TRJE – Relator: Des. Benito Augusto Tiezze – DJU 27/05/2002 – p. 51).

Pedimos licença para destacar aqui excerto de exemplar sentença prolatada pelo Juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso, do 7º Juizado Especial da Comarca de São Luiz do Maranhão:

Não obstante essa referência à tabela das condições gerais do seguro de acidente, o dispositivo legal em questão não se fez acompanhar de um anexo, muito menos há qualquer Decreto ou outra lei instituindo-a. Nas normas que criam a Superintendência de Seguros Privados, art. 35 e seguintes do Decreto-lei de 73, de 21/11/66, não está instituída citada tabela, muito menos há atribuição de poderes legais para a referida SUSEP criá-la administrativamente. Outra base legal que a ré arvora-se para tentar comprovar a legalidade da instituição da tabela é o art. 12 da Lei 6.194/74. No entanto, esse dispositivo legal apenas dá poderes ao Conselho Nacional de Seguros Privados para expedir “normas disciplinadoras e tarifas”, tão somente. O primeiro caso trata da organização administrativa e processamento visando à operacionalização do serviço, não sendo incluída a expedição de atos normativos que venham a afetar direitos de terceiros, que não foram afetados na Lei acima citada. Digo isso, porque, no momento em que a tabela reduz o valor dos pagamentos para determinados tipos e graus de lesões e em determinadas partes do corpo humano, sem qualquer autorização legal, sem dúvida, há restrições de direito contidos na Lei que instituiu o valor máximo para a indenização do Seguro. E não se concebe restrições de direitos protegidos por lei através de atos administrativo de hierarquia inferior. (...) Não havendo autorização legal para edição administrativa da tabela que a ré quer seja respeitada, (...). (Processo nº 641/2001; Autor : Vicente Paulo Santos; Ré: Sul América Companhia Nacional de Seguros; sentenciado em 11/05/2004).

A Superintendência Nacional dos Seguros Privados nega a incidência do Art. 3º da Lei nº 6.194/74, invocando a Lei 6.205/75, segundo a qual todos os valores fixados com base no salário-mínimo não são considerados para quaisquer fins de direito, porém a jurisprudência do STF decidiu, e, tendo como Relator o Ministro Moreira Alves, que



as Leis 6.205/75 e 6.423/77 apenas vedaram a utilização do salário-mínimo como coeficiente de atualização monetária, e não, obviamente, como elemento para cálculo de pensão, a título de lucro cessante, em matéria de indenização (RTJ 80/279).

No STJ, a matéria foi exaustivamente apreciada, conforme decisão dos Ministros:

SEGURO OBRIGATÓRIO. Subsistência da indexação ao salário-mínimo, a despeito das Leis nº 6.205, de 1975 e 6.423, de 1977. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ, 3ª turma, RESP 172304, Min. Ari Pargendler, relator, j. 06/12/2001)

Pacificou-se a jurisprudência das Turmas de Direito Privado do STJ, a partir do julgamento do Bresp n.12.145/SP, REL. MIN. Cláudio Santos, DJU de 29.06.1992, no sentido da validade da fixação do valor da indenização em quantitativo de salário-mínimo, o que não se confunde com a sua utilização como fator de reajuste vedado pela Lei n. 6.205/75. (STJ, 4ª turma, RESP 254813, Min. Aldir Passarinho Júnior, relator, j. 05/04/2001)

A indenização correspondente a 40 salário-mínimo vigente à época do evento, computando-se daí por diante a correção monetária na conformidade com índices oficiais. (STJ, 4ª turma, Min. Barros Monteiro, Relator, j. 15/02/2001).

Acórdão RESP 20802/SP: Recurso especial (1992/0007884-2): Fonte DJ Data: 10/08/1992 PG: 11954 JBC VOL.:00174PG: 00135 EXJTACSP VOL: 00139 PG: 00549 RJTAMG VOL.: 00049 PG : 00419 RT VOL.: 00692 PG: 00079.

RELATOR Min. ATHOS CARNEIRO (1083).

Data da Decisão: 30/06/1992.

Órgão - QUARTA TURMA

JULGADOR

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COM BASE EM SALÁRIOS-MÍNIMOS. LEI 6.194, ART. 3. LEIS 5205/75 E 6423/77 AS LEIS 6205 E 6423 NÃO REVOGARAM O CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO (LEI 6.194, ART. 3) EM SALÁRIOS MÍNIMOS, QUER PELO MARCANTE INTERESSE SOCIAL E PREVIDENCIÁRIO DESTA MODALIDADE DE SEGURO, COMO PORQUE A LEI ANTERIOR ESTABELECEU O CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO, NÃO SE CONSTITUINDO NO FATOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE AS LEIS SUPERVINIENTES BUSCARAM AFASTAR.

RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PELO DISSÍDIO, MAS AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

#### SÚMULA Nº 37 - SEGURO OBRIGATÓRIO – INDENIZAÇÃO

"Na indenização decorrente de seguro obrigatório, o artigo 3º da Lei 6.194/74 não foi revogado pelas Leis 6.205/75 e 6.423/77". (Revogada a Súmula nº15). (Uniformização de Jurisprudência nº 483.244-6/02 - São Paulo - Pleno - j. em 18.03.93 - Rel. Juiz Elliot Akel - votação unânime). (JTA-LEX 141/186) DJE Nº 71:31, de 19.04.93.

A data do pagamento do referido seguro obrigatório foi dia 03/04/2009.

O seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado. Portanto, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório, a quitação dada pelo segurado, relativa a valor inferior ao fixado na lei, não exclui seu direito à diferença.

É de se destacar, por imperioso, que o recibo de quitação outorgado pela requerente em face da requerida foi lavrado em termos genéricos, não podendo liberar o devedor, notadamente em razão do valor indenizatório estar estabelecido por lei, como é o caso presente, como já decidiu inclusive a N. 10ª Câmara do E. 1º TACSP, nos autos da Apelação 719.238-7, cuja cmenta a seguir transcrevemos:

“SEGURO OBRIGATÓRIO – RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – FIXAÇÃO DO VALOR IMPOSTO POR LEI NÃO PODENDO SER OBJETO DE TRANSAÇÃO ENTRE AS PARTES – PROTEÇÃO DO SEGURADO QUE É A PARTE MAIS FRACA NO CONTRATO – INVALIDADE DA QUITAÇÃO POR VALOR MENOR QUE O DA INDENIZAÇÃO POR FORÇA DE TAL PRINCÍPIO – DETERMINAÇÃO DA SENTENÇA PARA QUE A SEGURADORA PAGUE O RESTANTE DA INDENIZAÇÃO A DESPEITO DE TER OBTIDO A QUITAÇÃO – COBRANÇA PROCEDENTE – RECURSO IMPROVIDO.

#### ACÓRDÃO

SEGURO OBRIGATÓRIO POR ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – Valor fixado é imposto por lei e não pode ser objeto de transação entre as partes. Norma visa proteger o segurado que é a parte mais fraca do contrato. Quitação dada por valor menor que o da indenização não tem validade por força de tal princípio – Correta a determinação contida na sentença que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação. Apelação desprovida”

E ainda:

“SEGURO OBRIGATORIO - INDENIZACAO FIXADA EM 40 SALARIOS MINIMOS, HOJE PISO NACIONAL DE SALARIOS, SEGUNDO FORMA DE CALCULO ESTABELECIDO PELA LEI 6194/74 E ART. 26. DA LEI DE INTRODUCAO AO CODIGO CIVIL - SUPERVENIENCIA DA LEI 6205/75 QUE NAO DERROGA A ANTERIOR MAS APENAS VEDA A UTILIZACAO DO SALARIO MINIMO COMO COEFICIENTE DE ATUALIZACAO MONETARIA - EMBARGOS INFRINGENTES ACOLHIDOS PARA ESSE PIM.MP 446/183 SCF/SBS.” (Recurso : Processo : 39768 - 4 Relator : Augusto Marin Órgão Julg.: 6ª Câmara, 1º TACSP)

“SEGURO OBRIGATORIO - INDENIZACAO -CALCULO -FIXACAO EM 40 VEZES O MAIOR SALARIO MINIMO (PISO NACIONAL DE SALARIOS) VIGENTE A EPOCA DA LIQUIDACAO - RECURSO PROVIDO PARA ESSE PIM”( Rec Extraordinário-Rec Especial Processo : 40184 - 5 Relator : Pinheiro Franco Órgão Julg.: 6ª Câmara Votação, 1º TACSP)

Com isso, torna-se notório seu direito de receber a importância de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), correspondente à diferença indenização do Seguro Obrigatório (DPVAT), referente à debilidade permanente do membro inferior direito. Sendo assim, não há qualquer incompatibilidade entre o art. 3º da Lei 6194/74, determina o patamar de quarenta salários-mínimos, e as normas inseridas nas leis posteriores.

### III. DO REQUERIMENTO

I – A citação da empresa requerida, para responder nos termos desta ação, sob pena de revelia, devendo a mesma ser condenada ao final a pagar o complemento de cobertura securitária título do seguro obrigatório DPVAT na quantia pecuniária apontada como valor da causa, desde da data do prejuízo até o efetivo pagamento, acrescido de juros, correção monetária, honorários advocatícios e demais correspondentes do ônus sucumbencial sobre o total apurado.

Por provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, tais como oitiva de testemunhas, provas periciais, documentais e as que se fizerem necessárias para o bem da verdade.

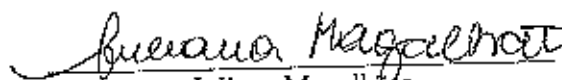
#### IV. VALOR DA CAUSA

Atribui-se a causa o valor de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Recife, 02 de Junho de 2009.



Juliana Magalhães  
OAB/PE nº 22.820

**DPVAT**

CONSULTA DE PROCESSOS ON LINE

**DADOS DO PROCESSO N.º 2009/063325**

Nome da Vítima: DAMIAO JOSE DA SILVA  
Procurador: Inexistente  
Data de Nascimento: 13/08/1982  
Data do Sinistro: 03/11/2007  
Natureza do Sinistro: INV.PARCIAL  
Nome do Requerente: DAMIAO JOSE DA SILVA  
CPF do Requerente: 058.663.374-01  
Seguradora: American Life  
Unidade Receptora: RECIFE  
Unidade Centralizadora: EDR - Recife

---

Não foi emitida nenhuma carta para este processo até o momento.

---

**Comentários:**

27/02/2009 Processo analisado pela analista  
27/02/2009 Processo encaminhado nesta data para análise do convênio

**Pagamentos providenciados**

Nome beneficiário	Data previsão pgto	Valor
DAMIAO JOSE DA SILVA	03/04/2009	945,00

**Demonstrativo de cálculos das sequelas por beneficiário**

Fórmula para o cálculo: (%) Cobertura x (%) Avaliado x (%) Valor Limite

31/3/2009

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODA  
 O TERRITORIO NACIONAL  
 906037909

NOME  
 DAMIAO JOSE DA SILVA



DOC. IDENTIDADE, CAD. MOTOR VE  
 0871981 SDS PE

CPF DATA NASCIMENTO  
 058.663.374-01 13/08/1982

FILIAÇÃO  
 JOSE MANOEL DA SILVA  
 SEVERINA NAIR DA  
 CONCEICAO

PERMISSAO ACC. CATEGORIAS  
 [Stamp] [Stamp] AB

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITACAO  
 03506023030 15/08/2010 15/08/2006

RESERVAÇÕES  
 EXERCE ATIV. RECONHECIDA;  
 [Empty box for reservations]

*Damiao Jose da Silva*  
 ASSINATURA DO PORTADOR

PRIMEIRA CLASSIFICACAO  
 906037909

LOCAL DATA EMISSAO  
 VITORIA DE SANTO ANTAO, PE 20/08/2007

*[Signature]*  
 ASSINATURA DO EMISOR 78475961157  
 PE023045493

VI - VITORIA DE SANTO ANTAO - PERNAMBUCO



JOÃO HUMBERTO MARTORELLI  
VICENTE GOUVEIA FILHO (i.m.)  
JOÃO VICENTE GOUVEIA  
FERNANDA CALDAS MENEZES  
PAULO HENRIQUE M. BARROS  
PAULO EDUARDO M. FERNANDES  
JOÃO ARMANDO COSTA MENEZES  
GUSTAVO CAVALCANTI. COSTA  
ARNALDO BARROS JR.  
MARIA CARMEN GOUVEIA  
GEORGE MARIANO  
ANDRÉA GOUVEIA CAMPELLO  
HENRIQUE GONÇALVES TRINDADE  
JOSÉ V. RABELO DE ANDRADE  
LEONARDO DUQUE DE SOUZA  
SAMUEL MARQUES  
FABRÍCIO V. HENRIQUE DOS SANTOS  
FLÁVIA PRESGRAVE BRUZDZENSKI  
MÁRIO LUIZ DELGADO



**EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DO I JUIZADO ESPECIAL  
CÍVEL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE**

**Processo nº 2413/2009-00**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO  
SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na Rua Senador Dantas,  
nº 74, 5º andar – Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no  
CNPJ/MF sob o número 09.248.608/0001-04 e  
**AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**, com sede  
na Rua Minas Gerais, nº 209, Higienópolis, São  
Paulo/SP, inscrita CNPJ/MF sob N° 67.865.360/0001-  
27, na presente **AÇÃO REIVINDICATÓRIA**, promovida  
por **DAMIÃO JOSÉ DA SILVA**, vem, respeitosamente, por  
intermédio de seus advogados infra-assinados, pelo que  
requer que, doravante, as intimações sejam realizadas em  
nome de **Paulo Henrique Magalhães Barros, OAB/PE nº  
15.131** e **João Humberto de Farias Martorelli, OAB/PE nº  
7489** com endereço profissional no Edifício Empresarial  
Excelsior, na Rua Ernesto de Paula Santos, nº 187, 19º  
andar, Boa Viagem, Recife/PE, onde receberão as  
intimações de estilo, para os fins do art. 236, parágrafo  
1º, do Código de Processo Civil e demais finalidades de  
lei e de estilo, sob pena de nulidade, apresentar a sua  
**CONTESTAÇÃO** o que faz com fundamento nas razões  
fáticas e jurídicas a seguir aduzidas:

**(i) sinopse da inicial**

1 - Trata-se de ação ajuizada com o escopo de compelir a demandada a pagar a quantia de R\$ 12.555,00 (doze mil, quinhentos e cinqüenta e cinco reais), a título de cobertura securitária decorrente do seguro DPVAT, em razão de cogitado acidente automobilístico, o qual, segundo alega, teria resultado em sua invalidez permanente, quantia essa calculada com base em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) abatidos desse montante o valor de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), por ele já RECEBIDO administrativamente, em 26/03/2009.

2 - Contudo, conforme as razões abaixo aduzidas, tal pretensão ora esposada não merece qualquer guarida jurisdicional, devendo a ação ser julgada totalmente improcedente, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos a seguir demonstrados.

**(ii) preliminarmente:**

**(iii. 1) da extinção do processo sem resolução do mérito, por incompatibilidade procedimental desse juizado para processar e julgar a presente, ante à necessidade de produção de prova pericial complexa**

3 - O Demandante alega vitimado de acidente automobilístico, em decorrência do qual faria jus a um suposto complemento indenizatório, a título de cobertura securitária pertinente ao SEGURO DPVAT, por lhe ter advindo suposta invalidez permanente, a qual reputa irreversível.

4 - Ora, para a comprovação da alegação de que lhe teria sobrevivendo a aludida "invalidez permanente", faz-se imprescindível a realização de prova pericial médica complexa, a fim de apurar não apenas o grau dessa aludida invalidez, mas também esclarecer a origem, a causa, a natureza e a extensão do suposto dano alegado, o que se revela incompatível com o procedimento célere e informal dos juizados, autorizando a extinção da presente ação, sem resolução do mérito.

***(ii. 2) da extinção do processo sem resolução do mérito, ante a inépcia da exordial, por ausência do interesse de agir***

5 - Consoante informado, a indenização ora pleiteada pela adversa parte, já lhe foi integralmente paga, administrativamente, não havendo, portanto, que se falar em complementação, sendo patente, portanto, a inexistência do interesse de agir, uma vez que satisfeita plena e integralmente a obrigação indenizatória afeta ao aludido seguro, razão pela qual, deve ser extinta a presente demanda, sem resolução do mérito, *ex vi* do disposto no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo civil pátrio.

***(iii) do mérito***

***(iii. 1) da improcedência da demanda, ante a inviabilidade da indenização pleiteada a título de complementação de seguro DPVAT***

6 – O Demandante pleiteia a complementação do pagamento de indenização decorrente do Seguro DPVAT, muito embora o valor que lhe foi pago administrativamente tenha obedecido ao grau de invalidez apurado através de perícia técnica realizada no próprio demandante, após a instauração do competente procedimento administrativo, a partir do qual, inclusive, este deu plena, geral e irrevogável quitação à seguradora pagadora, não fazendo jus, portanto, a qualquer complementação do seguro em alusão.

7 – Nesse contexto, é certo que o pagamento do aludido seguro se perfaz com base na Lei 6.194/1974 alterada pela Medida Provisória de nº 340, de 29 de dezembro de 2006 (hoje, convertida na Lei 11.482, de 31 de maio de 2007), uma vez que observa o valor máximo da importância segurada **em vigor na data da liquidação do sinistro**, como assim previsto na Lei supra, valor esse que se limita ao teto de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



8 - Nesse sentido, merece destaque recente decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, *in verbis*:

“AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - INDENIZAÇÃO - INVALIDEZ PARCIAL - PAGAMENTO PROPORCIONAL A LESÃO - SALÁRIO MÍNIMO - CRITÉRIO FIXAÇÃO. O pagamento da indenização, em caso de invalidez parcial deverá guardar proporcionalidade ao grau de debilidade. O art. 5º, parágrafo 1º, da Lei 6194/74 dispõe que a indenização decorrente do seguro obrigatório, DPVAT, deve ser paga tomando-se por base o valor da época da liquidação do sinistro, ou seja, da data do efetivo pagamento e não da data de ocorrência do evento.”<sup>1</sup> (grifos nossos)

9 – De fato, a Tabela que discrimina os percentuais aplicáveis ao caso em alusão, que consta das Normas de Acidentes Pessoais extraídas da Circular SUSEP nº 29, de 1991, indica para o caso de invalidez da vítima a aplicação de um percentual sobre o montante total da indenização correspondente à alegada invalidez, como assim corrobora a orientação pretoriana recorrente, *in verbis*:

“Apelação Cível. Seguros DPVAT. Ilegitimidade passiva afastada. Invalidez permanente. Interpretação do disposto na Lei nº 6.194/74. Aplicação da tabela para o cálculo de indenização, em caso de invalidez permanente. Ausência de demonstração da invalidez total permanente. Aplicação da tabela para o cálculo de indenização em caso de invalidez permanente. Sentença parcialmente reformada. Preliminar afastada e apelo provido em parte .” (grifamos).

---

<sup>1</sup> APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0145.08.472339-7/001, 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Relator Domingos Coelho, DJ 20/05/2009.

10 - Ora, se o pagamento do seguro ao acidentado foi realizado levando-se em consideração **o percentual da lesão pela qual este foi acometido**, quando da instauração do procedimento administrativo, decorrência lógica é que tal percentual foi aplicado sobre a importância máxima indenizável, o que gerou o valor efetivamente pago administrativamente, não havendo que se falar, portanto, em qualquer complemento de tal importância.

11 - Além disso, levando-se em consideração o escopo social do seguro em alusão, que se fundamenta no critério de gradação lógica e funcional do valor das indenizações, conclui-se que não pode o beneficiário em caso de invalidez parcial receber a mesma quantia indenizatória do beneficiário em caso de morte, pois, agindo de forma diversa, estar-se-ia enveredando pelo rumo das pretensões absurdas, de forma a ensejar o enriquecimento ilícito ou sem causa, o argumento esse que inviabiliza a pretensão esposada.

12 - Nesse sentido, merece destaque recente decisão proferida pela Egrégia Corte do Colégio Recursal, *in verbis*:

"(...) Redator do acórdão.....: JUIZ – ABELARDO TADEU DA SILVA SANTOS VOTO CONDUTOR DO ACÓRDÃO – JUIZ ABELARDO SANTOS (PROFERIDO NA SESSÃO DE 11/09/2008) EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA, E NÃO NO VALOR MÁXIMO INDENIZÁVEL. COMPLEMENTAÇÃO INDEVIDA. PEDIDO IMPROCEDENTE. RECURSO PROVIDO. A recorrente insurge-se contra a sentença que a condenou ao pagamento da importância de R\$ 11.800,00, referente à complementação da indenização do seguro obrigatório DPVAT devida ao recorrido em face da invalidez da qual o mesmo veio a ser acometido em decorrência de acidente provocado por veículo automotor,[...] visto não haver controvérsia quanto ao grau de invalidez do recorrido em decorrência do acidente automobilístico, cingindo-se a discussão travada estes autos apenas ao valor da indenização

devida em face dessa invalidez. [...] notadamente no que concerne ao valor da indenização do seguro obrigatório devido em caso de invalidez apenas parcial da vítima do acidente. Verifica-se, no caso em apreço, que o recorrido foi vitimado em acidente automobilístico do qual lhe adveio invalidez permanente, mas apenas parcial, caracterizada por debilidade permanente da função de preensão da mão esquerda, além de cicatriz permanente e perda do 5º quirodáctilo esquerdo, em face do que a seguradora demandada efetuou o pagamento de indenização no valor de R\$ 1.620,00, entendendo o autor, entretanto, fazer jus à indenização no valor máximo do seguro obrigatório, correspondente a R\$ 13.500,00. Equivoca-se, entretanto, o autor nessa sua pretensão, visto que, nos termos do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pelo artigo 8º da Lei nº 11.482/2007, o valor da indenização do seguro obrigatório corresponde a R\$ 13.500,00 para o caso de morte e a até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente, [...] fazendo-se necessário, neste caso, quantificar o grau de invalidez para se obter o valor proporcional da indenização devida, nos termos do artigo 5º, § 5º, da Lei nº. 6.194/74, ao disposto nesta lei." Evidente, pois, que, em caso de invalidez parcial, como no presente, a vítima faz jus à indenização em valor proporcional ao grau de invalidez, observada a tabela expedida pelo órgão regulador, não havendo nestes autos, como acima já enfocado, qualquer discussão quanto ao grau de invalidez com base no qual a seguradora recorrente calculou o valor da indenização paga na via administrativa) [...] (RI nº 02242/2008).(grifo nosso)

***(iii. 2) da impossibilidade da incidência de correção monetária a partir do evento ensejador da indenização do "Seguro DPVAT"; da inaplicabilidade da súmula 54, do Superior Tribunal de Justiça, para o caso da incidência de juros de mora***

13 - As obrigações decorrentes do Seguro DPVAT são incertas e ilíquidas e, desta forma, só se materializam após a apuração das situações fáticas e documentais apresentadas pelo beneficiário, observado o procedimento administrativo ou judicial.

14 - Portanto, a entidade pagadora da indenização do Seguro DPVAT paga tal benefício, não em função da obrigação jurídica contratual que surge automaticamente a partir da ocorrência do sinistro, mas sim, em observância da imposição legal e regulamentar das entidades do SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, a qual observa, em todo o caso, o devido procedimento, consubstanciado no requerimento e conseqüente deferimento de tal indenização especial, razão pela qual, a incidência de correção monetária não retroage à data do sinistro, e sim, **à data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao eventual pagamento, ex vi do disposto no artigo 405, do Código Civil, inaplicável ao caso, de toda sorte, a Súmula nº 54, do Pretório Excelso, conforme orientação jurisprudencial sedimentada:**

"CIVIL - COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - JUROS MORATÓRIOS - TERMO INICIAL - INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 54/STJ - DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. 1. Os juros, *in casu*, contam-se a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento da diferença pleiteada pela recorrente, ou seja, a partir de sua citação. 2. A obrigação de indenizar decorrente do evento danoso, imputada a quem deu causa ao mesmo, não se confunde com a obrigação de pagar a importância segurada devida em razão do acidente, lastreada em contrato de seguro DPVAT. 3. Não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não há que se cogitar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no enunciado da Súmula n.º 54/STJ"(grifamos).

---

<sup>2</sup> REsp n.º 546.392, Min. Jorge Scartezini, julg. em 18.8.2005.

***(iii. 3) dos honorários advocatícios***

15 - Douto Julgador, é de bom alvitre e salutar direito expor a tentativa do demandante de ludibriar este honroso Magistrado com o pedido descabido de honorários advocatícios em sede de sentença de primeiro grau, sendo sabedor que tal pleito não comporta em Juizado Especial nas sentenças a quo, senão vejamos:

Lei 9099/95 Juizados Especiais - Das Despesas:

Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

***(iv) da conclusão e dos requerimentos finais***

16 - POR TODO O ADUZIDO, requer a demandada que V. Exa. se digne de, sucessivamente:

a) acolher as preliminares suscitadas, nos termos aduzidos supra, de forma que seja extinta a presente demanda sem resolução do mérito;

b) que, acaso superadas as preliminares, do que se cogita por mera eventualidade, que, em apreciando o mérito, sejam julgados **TOTALMENTE IMPROCEDENTES** os pleitos indenizatórios formulados na peça exordial, para assim declarar ilegítima a pretensão da demandante, indeferindo os pedidos lançados na inicial;

c) na remota hipótese de ser considerado devido complemento de verba indenizatória, o que acredita, não ocorrerá, que este seja arbitrado de conformidade com o grau de

invalidez apurado aplicando-se o percentual disposto na Tabela que consta das Normas de Acidentes Pessoais na circular SUSEP nº 29, de 1991, até o limite máximo indenizável, previsto na Lei 6.194/1974 alterada pela Lei 11.482/2007, descontado o valor já efetivamente pago administrativamente.

d) acaso haja condenação ao pagamento da indenização pleiteada, seja observada a disciplina supra-esposada para a incidência da correção monetária, considerada a partir da instauração da relação processual, com a constituição da mora.

e) requer, finalmente, que todas as intimações sejam feitas em nome dos Belos. **Paulo Henrique Magalhães Barros, OAB/PE nº 15.131 e João Humberto de Farias Martorelli, OAB/PE nº 7489**, descritos no substabelecimento anexo, para os fins do art. 236, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil e demais finalidades de lei e de estilo, sob pena de nulidade.

17 - Por fim, pugna, *ad cautelam*, pela produção de todas as provas em direito admitidas, notadamente o depoimento pessoal do demandante, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos a título de contraprova, perícia, tudo o que se fizer necessário à instrução completa do feito.

Termos em que,  
Pede deferimento  
Recife, 02 de março de 2010

**PAULO HENRIQUE M. BARROS**  
**OAB/PE 15.131**

**GABRIELLE ARCOVERDE CUNHA**  
**OAB/PE 21.721**

**MÁRCIA MELINA FERREIRA GOMES**  
**OAB/PE 27.382**

```

=====
* Megadata Computacoes          D.P.V.A.T.          09/12/2009 15:55:39 *
*   Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre *
* DPV010T      *** CONSULTA POR ANO/NUMERO SINISTRADO **** D124 / DPV041P *
=====
ANO / NUM. / LANC -      2009 / 063325 / 01      COD. DEPEND .. - 001
COD. SEG. .... - 5819      TIPO DOCUMENTO - 4      EX -
NUM. DOCUMENTO - PE999999999      DT.CADAST.PARC.- 27 / 02 / 2009
CATEGORIA .... - 09      DT. SINISTRO . - 03 / 11 / 2007
DT. CADAST.... - 02 / 03 / 2009      DT. RATEIO ... - 27 / 03 / 2009
NATUREZA ..... - 2      CPF VITIMA      - 05866337401
NOME DA VITIMA - DAMIAO JOSE DA SILVA
DT. NASC. .... - 13 / 08 / 1982      VALOR INDENIZ. -          945,00
SEQUENCIA .... - 001      VLR COR.MON/JUR-          0,00
COD. REC/RECL. - 1      DT. PAGAMENTO  - 23 / 03 / 2009
NOME RECEBEDOR - DAMIAO JOSE DA SILVA
CPF/CGC RECEB. - 00005866337401      DT. ATUALIZ... - 23 / 03 / 2009
PROCURADOR/INT.-
CPF/CGC PRC/INT-
DELEGACIA .... - DELEG DE POLICIA      BOLETIM ..... - 2731/08
REGULACAO .... - 1      UF DELEGACIA   - PE
DT. RECLAMACAO - 27 / 02 / 2009      SUB-JUDICE ... -      DT. RECEB.
CONF. PGTO -      /      /
=====
ENTER = CONTINUAR          PF03 = FIM          PF07 = VOLTA MENU

```

```
*=====*
* Megadata Computacoes          D.P.V.A.T.          09/12/2009 15:56:03 *
*   Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre *
* D226/DPV226T                  D124 / DPV226P *
*=====*
```

\*\*\* PAGAMENTO POR NUMERO DE SINISTRO \*\*\*\*\*

```
CODIGO DA SEGURADORA - 5819
CODIGO DA DEPENDENCIA - 001
NUMERO DO SINISTRO - 2009 / 063325 / 01
SERIE DO CHEQUE - 611000
NUMERO DO CHEQUE - 000000
BCO/AG-DV/CONTA-DV/DVA- 104 / 01242- / 000000012994-2 /
VALOR DO PAGAMENTO - 945,00
STATUS DO PAGAMENTO - 1
DATA DE EMISSAO - 26 / 03 / 2009
COD. DO RECEB./BENEF. - 1
NOME DO BENEFICIARIO - DAMIAO JOSE DA SILVA
CPF/CGC BENEFICIARIO - 00005866337401
DATA LANCAMENTO BANCO - 26 / 03 / 2009
FORMA DE PAGAMENTO - CREDITO CONTA CORRENTE
* STATUS * 0=PENDENTE 1=PAGO BANCO 2/4=CANCEL. S.LIDER 3=CANCEL. PRAZO
```

```
*=====*
ENTER = CONTINUAR          PF03 = FIM          PF07 = VOLTA MENU
```





« Home

www.tjpe.jus.br

» Notícias

» Ouvidoria

» Endereços do Judiciário



**Juizado Especial: I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão**

**Dados do Processo**

Número **002413/2009-00**

Feitos Outros

Turma IM

Fase Instrutória

Data 04/03/2010 09:35:56

Movimento Realização de audiência - Instrução

Texto

Frustrada a conciliação na sessão própria, apregoadas as partes às 09h:15min, deu-se por aberta a audiência de Instrução e Julgamento, sob a presidência do Conciliador Vittorio Nikolai Tavares Costa, supervisionado pelo Juiz de Direito Frederico de Moraes Tompson, na qual compareceu o demandante, DAMIÃO JOSE DA SILVA, acompanhado de sua advogada, a Bela. Juliana de Albuquerque Magalhães, OAB/PE nº 22.820, bem com os demandados, AMERICAN LIFE e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/. ambas por meio do seu preposto, Fábio Albuquerque Pessoa, conforme carta de preposição oriunda da primeira e acostada nesta oportunidade, acompanhado do seu advogado, o Bel. Washington Albuquerque Pessoa, OAB/PE n.º 26.516. Iniciada a sessão, o demandante acostou 06 documentos em 07 laudas. Em seguida, o advogado das demandadas acostou contestação por escrito em 08 laudas, arguindo 02 preliminares (carência da ação em razão da falta de interesse de agir - inadequação do provimento jurisdicional pleiteado e inépcia da inicial), bem como atos constitutivos e habilitatórios, passando a se manifestar acerca dos documentos juntados pelo demandante: MM. Juíza, quanto aos documentos enumerados de 01 a 04, e doc 06, nada a opor, vez que tratam-se de cópias de documento pessoal, boletim de ocorrência policial, declaração do Hospital Regional do Agreste, ficha de atendimento médico, perícia traumatológica. Quanto ao doc 05, este merece maior reparo, pois expressa claramente o valor pago, em razão da invalidez parcial, assim sendo, tal doc é de sua importância para constatar o pagamento correto efetuado ao demandante. Pede deferimento. No mais, reitera a peça contestatória em todos os seus termos. Em seguida, a advogada do demandante passou a se manifestar acerca das preliminares argüidas, bem como acerca dos documentos acostados pelas demandadas: referente à primeira preliminar suscitada pelas demandadas, não merece acolhimento, tendo em vista que o demandante realizou perícia no Instituto de medicina legal, conforme doc 04 acostado pelo autor, determinando sua debilidade, logo, não se faz necessário a realização de uma nova perícia médica. Com relação à segunda preliminar, não deve prosperar, pois o valor pago administrativamente a menor, não inviabiliza o demandante de requerer a diferença, conforme legislação regulamentadora da matéria da época do sinistro. Pede deferimento. Com relação aos docs acostados, nada a opor. Em seguida, o advogado das demandadas dispensou a ouvida do demandante. Em seguida, a advogada do demandante dispensou a ouvida do preposto das demandadas. Em seguida, as partes relataram, que inexistem testemunhas a serem ouvidas. Em seguida, o MM. Juiz enviou os autos conclusos para sentença. Vitória de Santo Antão, 04 de março de 2010. Vittorio Nikolai Tavares Costa Conciliador Frederico de Moraes Tompson Juiz de Direito Cientes: DAMIÃO JOSE DA SILVA AMERICAN LIFE SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/ Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão R. Joaquim Nabuco, 235 - Matriz - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55612-450 - F: (81)3523-0318 Processo nº 0002413-31.2009.8.17.8017 (002413/2009) Turma - IM Demandante: DAMIÃO JOSE DA SILVA Demandado: AMERICAN LIFE Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/ TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.



« Home

www.tjpe.jus.br

Notícias

Ouvidoria

Endereços do Judiciário



## Juizado Especial: I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão

### Dados do Processo

Número **002413/2009-00**

Feitos Outros

Turma IM

Fase Encerramento

Data 30/07/2010 08:16:57

Movimento Sentença - Julgado procedente

Trata-se de pedido formulado por LUIZ FERNANDES DA SILVA e LÚCIA MARIA DO PRADO, qualificados nos autos, para condenar a AMERICAN LIFE e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS - DPVAT ao pagamento de complemento do valor da indenização do seguro por danos pessoais causados por veículos automotores -DPVAT, em face de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito no valor de R\$ 12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), desde a data do prejuízo até o efetivo pagamento, acrescido de juros, correção monetária, honorários advocatícios e demais correspondentes do ônus sucumbencial sobre o total apurado. Aduz o demandante que a seguradora demandada apenas pagou a importância de R\$945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), estando à ré a lhe dever o valor de R\$12.555,00 (doze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais). Requer por fim a condenação da demandada em 100% (cem por cento) do valor da causa em virtude do descumprimento da lei que rege o DPVAT no que tange ao prazo e ao valor, tendo em vista, conforme laudo do IML, acostado pelo autor, de sua invalidez permanente. Em sua peça de defesa, a ré arguiu preliminar de carência da ação em razão da falta de interesse de agir, inadequação do provimento jurisdicional pleiteado e inépcia da inicial. Meritoriamente, as suplicadas afirmaram que o pagamento efetuado em favor do demandante esta em consonância com o que dispõe a SUSEP, a qual ficou limite Máximo de indenização no que foi pago a autora, considerando que o percentual da lesão, nesse caso, afirma que a invalidez do autor é parcial e este não pode receber a mesma quantia indenizatória em caso de morte que é de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Arguiu também a impossibilidade de correção monetária a partir do evento em que configura a indenização. É o breve relatório, em face do comando normativo esculpido no artigo 38 pela Lei nº 9.099/95, passo à decisão. No que tange a preliminar de carência de ação, a mesma resta impugnada, conforme documentos acostados pela parte autora, em que, laudo médico devidamente deferido pelo IML (Instituto Médico Legal), já resta esclarecido e como meio de prova idôneo visto a origem do IML, que já o fez tal prova pericial conforme doc.04 (fls25). Quanto a preliminar que aduz a inépcia da inicial, também não merece acolhimento, visto a existência de controvérsia quanto ao grau de invalidez, posto que em laudo médico proferido pelo IML confirma a invalidez permanente do autor. O cerne da presente demanda reside em corresponder, o que foi efetivamente pago, à complementação do que era realmente devido como indenização por seguro DPVAT em face da invalidez permanente do membro inferior direito, eis que inexistente controvérsia no que tange a existência do valor adimplido pela seguradora. No tocante ao valor a ser pago, estabelece o art.8º da Lei nº 11.482/07, que alterou o art.3º, 4º, 5º e 11º da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, estabelece em seu art.3º, que os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido correspondem a R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) considerando a hipótese de que do sinistro decorra de morte ou invalidez permanente, não havendo qualquer gradação. A entidade demandada, em sua peça de resistência, sustenta que o pagamento efetivado ao demandante obedeceu e respeitou à Resolução instituída pelo Órgão regulamentador das entidades securitárias. A arguição de que a entidade abalçou o pagamento do seguro devido em norma interna, qual seja, resolução, não serve para obstacularizar os direitos dos autores, considerando que a hierarquia das normas não credita valor inferior a uma lei ordinária em detrimento de uma mera resolução administrativa. Nos termos da hierarquia das normas legais, resta claro que qualquer norma regulamentadora expedida pela SUSEP ou CNSP que reduza o valor da indenização estabelecido em Lei não pode emergir diante do preceito normativo pátrio, pois vai além do poder de regulamentação conferido. Aduz ainda a peça contestatória, que o demandante exarou documento de quitação, plena, rasa e irrevogável quanto ao objeto da presente demanda, nada mais podendo exigir a esse título. Desta forma, clarificado estar que a demandante faz jus ao recebimento da diferença entre o valor que lhe foi efetivamente pago e o quantum que lhe deveria ter sido entregue à época do pagamento parcial que deverá ser atualizado monetariamente tão somente desde a data da prestação da queixa e não como requerido. Este é o posicionamento consolidado no I Colégio Recursal do Estado de Pernambuco. Posto isto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a pretensão esposada na exordial para condenar a empresa demandada a pagar ao autor, a título de complementação de indenização, a quantia de R\$12.500,00 (doze mil quinhentos e cinquenta reais), devidamente atualizada pela tabela do Encoge, desde a data da interposição da demanda e acrescida de juros de 1,0% (um por cento) ao mês, estes contados desde a citação. Sem custas nem honorários advocatícios, nos termos da Lei dos Juizados Especiais. Após o trânsito em julgado, aguarde-se por 10(dez) dias a iniciativa da parte promovente em executar a sentença e, se decorrido in albis, arquivem-se os autos, com baixa. Publique-se. Intimem-se Vitória de Santo Antão-PE, 30 de julho de 2010 Ítalo Albanês Oliveira Bernardo Estagiário Maria Betânia M. da Hora Rocha Juíza Substituta de Direito Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão R. Joaquim Nabuco, 235 - Matriz - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55612-450 - F: (81)3523-0318 Processo nº 0002413-31.2009.8.17.8017 (002413/2009) Turma - IM Demandante: DAMIÃO JOSE DA SILVA Demandado: AMERICAN LIFE Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/

Texto

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.

CÓPIA

JOÃO HUMBERTO MARTORELLI  
VICENTE GOUVEIA FILHO (irm.)  
JOÃO VICENTE GOUVEIA  
FERNANDA CALDAS MENEZES  
PAULO HENRIQUE M. BARROS  
PAULO EDUARDO M. FERNANDES  
JOÃO ARMANDO COSTA MENEZES  
GUSTAVO CAVALCANTI COSTA  
ARNALDO BARROS JR.  
MARIA CARMEN GOUVEIA  
GEORGE MARIANO  
ANDRÉA GOUVEIA CAMPELLO  
HENRIQUE GONÇALVES TRINDADE  
JOSÉ V. RABELO DE ANDRADE  
LEONARDO DUQUE DE SOUZA  
SAMUEL MARQUES  
FABRÍCIO V. HENRIQUE DOS SANTOS  
FLÁVIA PRESGRAVE BRUZDZENSKI  
MÁRIO LUIZ DELGADO

# MARTORELLI E GOUVEIA

ADVOGADOS

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DO I JUIZADO ESPECIAL  
CÍVEL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE.

Processo nº 2413/2009

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, devidamente representada por seus advogados infra-assinados, ut instrumento de mandato incluso nos autos, vem, respeitosamente, no prazo legal, interpor **RECURSO INOMINADO** à r. sentença de fls. dos autos, por meio da qual, acolheu o pedido formulado pela adversa parte, consignado na AÇÃO DE COBRANÇA, que lhe promove **DAMIAO JOSE DA SILVA**, com fundamento nas razões fático-jurídicas articuladas no anexo memorial:

Por oportuno, requer que, após cumpridas as formalidades legais, seja o presente remetido ao Egrégio Colégio Recursal, o qual, haverá de conferir provimento à irresignação ora interposta.

Ressalta, ainda, que faz anexar ao presente recurso o comprovante de pagamento das custas processuais, devidamente quitadas.

Nestes termos,  
Pedem deferimento.  
Recife, 25 de agosto de 2010.

**PAULO HENRIQUE M. BARROS**  
**OAB/PE 15.131**

*pl. Patrícia Milon de Siqueira Serraz*  
**GABRIELLE ARCOVERDE CUNHA**

**OAB/PE 21.721**

*bruna porto barreto*  
**BRUNA PORTO BARRETO**  
**OAB/PE 28.531**

CTT - IMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
Av. J. P. RANDEZ - AC. BOA VIAGEM  
AVENIDA CONSULHEIRO AGUIAR, 4955  
BOA VIAGEM - 51021-970  
RECIFE - PE  
CNPJ.....: 34020316049978 Tel.: -  
Ins. Est.: 18100100143005

COMPROMISSO DO CLIENTE (2a. Via)

Movimento.: 25/08/2010 Hora.....: 13:22:29  
Código.....: 18857464 Matrícula: 85064289  
Lançamento.: 00018 Atendimento.: 000009  
Modalidade.: A Vista

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
-----------	------	------------

SERV. PROTOCOLO P	1	15,20*
Valor do Porte(R\$)...		12,50
Cap. Destino: 55612-950 (PE)		
Peso real (kg).....:	0,005	
Objeto.....:	SK47784W974BR	
AVISO DE RECEBIMENTO:	2,70	

Assinatura: .....

VALOR EM DÍGITO(R\$): 15,20

VALOR DE CÉDULO(R\$)=> 15,20

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

EMS - EXPRESSO INTERNACIONAL DOS CORREIOS: O  
MELHOR MAIS AGIL PARA VOCÊ ENVIAR SUAS REMESSAS  
INTERNACIONAIS.

SARA 4.1.10

520227

OK!

emo

06.08.10

Protocolo de

Recurso Interposto.





Home

17/10/2011 16:06:28

Endereços do Judiciário

Plantão Judiciário

Ouvidoria

Juizado Especial: I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão

» Nova Consulta » Imprimir » Home

#### DADOS DO PROCESSO

Número **0002413-31.2009.8.17.8017**  
**(002413/2009-00)**  
 Feitos - OUTROS  
 Fase ENCERRAMENTO  
 Turma IM - MANHÃ

#### PARTES

Parte	Nome
DEMANDANTE	DAMIÃO JOSE DA SILVA
DEMANDADO	AMERICAN LIFE
	SEGURADORA LIDER DOS
DEMANDADO	CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
	S/

#### MOVIMENTAÇÕES

Data	Descrição do Ato	Complemento
21/09/2011 11:15:40	ARQUIVAMENTO - <a href="#">Ver Texto</a>	
12/09/2011 09:12:28	ALVARÁ - <a href="#">Ver Texto</a>	LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO
12/09/2011 09:11:08	JUNTADA	PROCURAÇÃO
08/07/2011 09:01:30	JUNTADA - <a href="#">Ver Texto</a>	DOCUMENTOS
21/01/2011 10:48:06	ALVARÁ - <a href="#">Ver Texto</a>	LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO
14/01/2011 09:20:36	DESPACHO - <a href="#">Ver Texto</a>	EXPEÇA-SE O COMPETENTE ALVARÁ
14/01/2011 09:20:07	CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	ALVARÁ
14/01/2011 09:18:49	JUNTADA - <a href="#">Ver Texto</a>	REQUERIMENTO DE ALVARÁ
14/01/2011 09:16:12	DEVOLUÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	VISTAS AO ADVOGADO
14/01/2011 09:15:22	REMESSA - <a href="#">Ver Texto</a>	VISTAS AO ADVOGADO
14/01/2011 09:15:00	DESARQUIVAMENTO	
11/01/2011 14:04:26	ARQUIVAMENTO - <a href="#">Ver Texto</a>	
10/01/2011 12:02:36	INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO
10/01/2011 11:31:48	ALVARÁ - <a href="#">Ver Texto</a>	LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO
04/01/2011 11:48:19	DESPACHO - <a href="#">Ver Texto</a>	EXPEÇA-SE O COMPETENTE ALVARÁ
04/01/2011 11:47:46	CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	ALVARÁ
04/01/2011 11:47:25	JUNTADA - <a href="#">Ver Texto</a>	REQUERIMENTO DE ALVARÁ
07/12/2010 08:45:45	DEVOLUÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	COLÉGIO RECURSAL
07/12/2010 08:45:04	ACÓRDÃO	RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE
20/10/2010 12:15:57	REMESSA - <a href="#">Ver Texto</a>	COLÉGIO RECURSAL
07/10/2010 12:14:56	DESPACHO - <a href="#">Ver Texto</a>	REMETA-SE AO COLÉGIO RECURSAL
07/10/2010 12:14:02	CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	REMESSA AO COLÉGIO RECURSAL
07/10/2010 12:01:28	CERTIDÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	CONTRA-RAZÕES
24/09/2010 08:07:57	JUNTADA	AR
21/09/2010 13:12:01	JUNTADA	AR
14/09/2010 08:45:21	JUNTADA	CONTRA-RAZÕES
14/09/2010 08:43:20	DEVOLUÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	VISTAS AO ADVOGADO
13/09/2010 09:33:11	REMESSA - <a href="#">Ver Texto</a>	VISTAS AO ADVOGADO
09/09/2010 09:21:07	INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	CIÊNCIA DE RECURSO
09/09/2010 09:21:06	INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	CIÊNCIA DE RECURSO
02/09/2010 12:57:45	DESPACHO - <a href="#">Ver Texto</a>	INTIME-SE PARA CONTRA-RAZÕES
02/09/2010 12:57:06	CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	RECURSO
02/09/2010 12:55:52	CERTIDÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	RECURSO
31/08/2010 12:36:17	JUNTADA	AR
31/08/2010 07:56:49	JUNTADA - <a href="#">Ver Texto</a>	PREPARO DO RECURSO
27/08/2010 08:08:33	JUNTADA - <a href="#">Ver Texto</a>	RECURSO
27/08/2010 07:59:40	INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	SENTENÇA
27/08/2010 07:42:58	JUNTADA	AR
26/08/2010 12:01:34	JUNTADA	AR

24/08/2010 08:39:28 JUNTADA	AR
13/08/2010 13:01:28 INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	SENTENÇA
13/08/2010 13:01:27 INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	SENTENÇA
13/08/2010 13:01:26 INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	SENTENÇA
30/07/2010 08:16:57 SENTENÇA - <a href="#">Ver Texto</a>	JULGADO PROCEDENTE
08/03/2010 08:15:56 CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	SENTENÇA
08/03/2010 08:15:34 JUNTADA - <a href="#">Ver Texto</a>	DOCUMENTOS
08/03/2010 08:15:15 JUNTADA	CARTA DE PREPOSIÇÃO
04/03/2010 09:35:56 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA - <a href="#">Ver Texto</a>	INSTRUÇÃO
04/03/2010 09:15:24 AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA	INSTRUÇÃO
04/03/2010 09:15:01 CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA	INSTRUÇÃO
04/03/2010 09:14:38 AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA	INSTRUÇÃO
04/03/2010 09:14:37 ENCAMINHAMENTO	INSTRUÇÃO
04/03/2010 09:14:36 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA - <a href="#">Ver Texto</a>	CONCILIAÇÃO
21/12/2009 07:49:21 JUNTADA	AR
15/12/2009 07:36:54 JUNTADA	AR
17/09/2009 08:34:05 CITAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	
17/09/2009 08:34:04 CITAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	
17/09/2009 08:34:03 TERMO - <a href="#">Ver Texto</a>	QUEIXA
17/09/2009 08:33:59 AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA	CONCILIAÇÃO
17/09/2009 08:33:58 DISTRIBUIÇÃO	
17/09/2009 08:33:57 AUTUAÇÃO E REGISTRO	

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
1º COLÉGIO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

3ª TURMA RECURSAL

14ª SESSÃO  
11/11/2010

Recurso nº..... : 3178/2010  
Origem..... : JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO  
Processo nº... : 2413/2009  
Recorrente..... : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Advogado..... : GABRIELE ARCOVERDE CUNHA  
Recorrido..... : DAMIÃO JOSÉ DA SILVA  
Advogado..... : JULIANA MAGALHÃES  
Relator..... : JUIZ – ABELARDO TADEU DA SILVA SANTOS

**EMENTA:** RECURSO INOMINADO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA PROPORCIONALMENTE À INVALIDEZ DA VÍTIMA. PAGAMENTO EFETUADO A MENOR PELA SEGURADORA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA EM VALOR INFERIOR AO QUE DETERMINADO NA SENTENÇA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

A recorrente insurge-se contra a sentença que a condenou ao pagamento da complementação do seguro obrigatório DPVAT ao recorrido no valor de R\$ 12.500,00.

Segundo revelam os autos, o autor foi vitimado em acidente automobilístico ocorrido no dia 03/11/2007, do qual lhe adveio invalidez permanente, consistente em debilidade permanente do membro inferior direito, em face do que a seguradora demandada efetuou o pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor apenas de R\$ 945,00, em 03/04/2009, entendendo o autor, no entanto, fazer jus à indenização no valor de R\$ 13.500,00, em face do que postulou o complemento da indenização no valor R\$ 12.555,00.

Preliminarmente, a produção de prova pericial não se faz necessária no caso em apreço, em face da prova documental produzida, e o pagamento efetuado na via administrativa não subtrai o interesse processual do autor de perseguir em juízo o valor da complementação que entende devida, no pressuposto de que o pagamento teria sido efetuado em valor inferior ao previsto em lei.

No mérito, o artigo 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pelo artigo 8º da Lei nº 11.482/2007, já vigente à data do sinistro e do pagamento da indenização, dispõe que o valor da indenização do seguro obrigatório DPVAT corresponde a R\$ 13.500,00 para o caso de morte da vítima e a ATÉ R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente, evidenciando-se, com isso, que, no caso de invalidez permanente, o valor de R\$ 13.500,00 é o limite máximo indenizável, e não a indenização devida em qualquer caso de invalidez, fazendo-se necessário, neste caso, verificar o grau de invalidez da vítima e o correspondente percentual de indenização, nos termos do § 1º do artigo acima mencionado e da tabela anexa do ferido diploma legal.

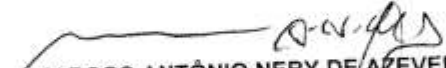
No caso em apreço, em decorrência do acidente com veículo automotor o demandante foi acometido de **debilidade permanente de membro inferior direito** (fl. 25), nada havendo nos autos que permita inferir que a aludida debilidade tenha sido apenas parcial ou incompleta, em face do que faz jus o autor à indenização no valor equivalente a 70% (setenta por cento) do limite máximo indenizável de R\$ 13.500,00, nos termos da tabela acima referida, totalizando a indenização de R\$ 9.450,00, de modo que já havendo recebido R\$ 945,00, faz jus ao valor remanescente de R\$ 8.505,00, inferior, portanto, ao que determinado na sentença.

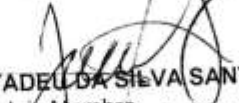
Ante o exposto, dou provimento parcial ao recurso para reduzir o valor da condenação para R\$ 8.505,00.

412  
111

**ACÓRDÃO:**

Realizado o julgamento do recurso no qual são partes, como recorrente: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A, e, como recorrido: DAMIÃO JOSÉ DA SILVA, em 11 de novembro de 2010, a 3ª Turma do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, composta pelos Juizes de Direito Dr. MARCOS ANTÔNIO NERY DE AZEVEDO, Dr. ABELARDO TADEU DA SILVA SANTOS e Dra. ANA CLÁUDIA BRANDÃO DE BARROS CORREIA FERRAZ, sob a presidência do primeiro, proferiu a seguinte decisão: vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os juizes componentes da 3ª Turma Julgadora do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, na conformidade da Ata de Julgamento, por maioria, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator, vencida a juíza ANA CLÁUDIA B. DE B. C. FERRAZ, que negava provimento ao recurso.

  
MARCOS ANTÔNIO NERY DE AZEVEDO  
Juiz Presidente

  
ABELARDO TADEU DA SILVA SANTOS  
Juiz Membro

  
ANA CLÁUDIA BRANDÃO DE BARROS CORREIA FERRAZ  
Juíza Membro



Nº da conta judicial

Fornecido  
pelo sistemaAtenção: receba através da transação TCX 278.  
Grave as informações complementares no DJO, opção 32.

Tipo de documento

Agência (pref./dv)

Tribunal

1. Primeiro depósito 2. Depósito em continuação

Data de emissão

Processo

Comarca

Órgão/Vara

26/08/2010

2413/2009

VITÓRIA DE SANTO ANTONIO

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Tipo de justiça

Nº da guia

Depositante

Natureza da ação

1. Estadual 2. Federal

1. Réu/Impetrado 2. Autor/Impetrante 3. Outros

Nome do depositante

CPF/CNPJ

Tipo de depositante

COBRANÇA

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Nome do réu/Impetrado

CPF/CNPJ

J F. Física J. Jurídica

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Advogado do réu/Impetrado

CPF/CNPJ

Hist.

Dinheiro - R\$

PAULO HENRIQUE M. BARROS

Nome do autor/Impetrante

CPF/CNPJ

OAB/PE 15131

Bloqueio Cheques - R\$

DAMIAO JOSE DA SILVA

Advogado do autor/Impetrante

CPF/CNPJ

Valor total do depósito - R\$

CPF/CNPJ

14.218,84

Motivo do depósito

GARANTIA DE JUÍZO

Carimbo do cartório e assinatura

Autenticação mecânica

Mod. 0.70.289-4 - Abr/08 - SISBB 08098 - nps - Via V - Depositante

DB 32580242 26082010

14.218,84R\$7580

C 700129015515 P.24132009

REU

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que se fizerem necessários, que o  
Sr.(a) **Damião José da Silva**  
Esteve internado (a) nesta Unidade de Saúde, no dia **04/11/2007 a 10/11/2007**

Nº de Registro Hospitalar: **046.299**

Diagnóstico. **Fratura do Fêmur direito.**

Tratamento: **Tração Transesqueletica + Transferência para Recife (Hospital Memorial Guararapes)**

OBS.: **Vítima de acidente de trânsito.**

**ESSAS INFORMAÇÕES ESTÃO CONTIDAS NO PRONTUÁRIO DO PACIENTE**

Caruaru, 18 de dezembro 2007

Vandeangela Dias R. L. Gomes

HRA - ESTATÍSTICA (SAME) 3160 Mat.

*Vandeangela Dias R. L. Gomes*  
Vandeangela Dias R. L. Gomes  
Setor de arquivo

CE 794 975 0269 27  
FUSAM - Hospital Regional  
do Agreste

BR 232, Km 130  
Indianópolis - PE 55002-970

BR 232 KM 130 - S/N - Indianópolis - Caruaru - PE - CEP 55.002-970





ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO Nº 2731/08

Unidade Operacional 112 CIRC	Circunscrição 455 CARPINA	Data Reg 28/10/08	Hora Reg 14:30	Nº da fl / Total de fls 02 / 02
Descrição da Natureza ACIDENTE DE TRÂNSITO		Aviso de Ocorrência do CIODS Nº		
Data do Fato 03/11/08	Hora do Fato 22:00	Autoria Conhecida	Consumado	Culposo
Circunscrição do Fato VILA DE S. ANTONIO	Local Principal da Ocorrência AV. MARIANA AMARAL			
Logradouro (Rua, Avenida, Rodovia, etc.) AV. MARIANA AMARAL		Número		
Complemento (Apto, Sala, Andar)		Bairro ALTO JOSE ZEAZ	CEP	
Município VILA DE S. ANTONIO		UF	Ponto de Referência BANCO BRASILEIRO	
<input checked="" type="checkbox"/> VITIMA <input type="checkbox"/> IMPUTADO <input type="checkbox"/> SUSPEITO <input type="checkbox"/> TESTEMUNHA <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/> TURISTA				
Nome / Razão Social: DAMIANO JOSE DA SILVA				
Pai: JOSE MAURO DA SILVA				
Mãe: SEVERINA MARIA DA SILVA				
Apelido / Nome Fantasia		Sexo MASC	Estado Civil SOLTEIRO	
Data de nascimento 13/08/52		Idade Aparente 26	Escolaridade 3	
RG CNH 91181	Órgão Expedidor SSP	UF PE	CPF CNPJ Outro - Qual? 058.613.374-01	Órgão Expedidor Naturalidade VILA DE S. ANTONIO
Logradouro RUA - 02		Número 483	Complemento	
Bairro ALTO JOSE ZEAZ	CEP	Município VILA DE S. ANTONIO	UF PE	Telefone com DDD 74054329
Dados Profissionais: Empresa		Profissão MONTADOR DE MÓVEIS	Número	
Logradouro		Número	Complemento	
Bairro	CEP	Município	UF	Telefone com DDD
Altura Aparente	Peso	Cor da Pele FAZDO	Bigode	
Cabelo - Tipo / Cor (Descrever)	Barba (Descrever)	Tipo de Cicatriz / Local / Formato (Descrever)		
Tipo de Tatuagem Local (Descrever)		Defeito Físico (Descrever)	Dentes (Descrever)	
<input type="checkbox"/> VITIMA <input type="checkbox"/> IMPUTADO <input type="checkbox"/> SUSPEITO <input type="checkbox"/> TESTEMUNHA <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/> TURISTA				
Nome / Razão Social:				
Pai:				
Mãe:				
Apelido / Nome Fantasia		Sexo	Estado Civil	
Data de nascimento		Idade Aparente	Escolaridade	
RG CNH	Órgão Expedidor	UF	CPF CNPJ Outro - Qual?	Órgão Expedidor Naturalidade
Logradouro		Número	Complemento	
Bairro	CEP	Município	UF	Telefone com DDD
Dados Profissionais: Empresa		Profissão	Número	
Logradouro		Número	Complemento	
Bairro	CEP	Município	UF	Telefone com DDD
Altura Aparente	Peso	Cor da Pele	Bigode	
Cabelo - Tipo / Cor (Descrever)	Barba (Descrever)	Tipo de Cicatriz / Local / Formato (Descrever)		
Tipo de Tatuagem Local (Descrever)		Defeito Físico (Descrever)	Dentes (Descrever)	
Assinatura do Interessado		Assinatura do Responsável pelo Preenchimento JOAO BATISTA		

[Responder](#) [Responder a Todos](#) [Encaminhar](#)

## 520227 - DEVOLUÇÃO JUDICIAL



Diego Ribeiro

quinta-feira, 28 de novembro de 2013 14:57

**Para:** [devolucao.judicial@seguradoralider.com.br](mailto:devolucao.judicial@seguradoralider.com.br)  
**Cc:** [marilize.gemadv@gmail.com](mailto:marilize.gemadv@gmail.com); **Lider Lista**; [diegoacr.gm@gmail.com](mailto:diegoacr.gm@gmail.com)

Prezados,

Boa tarde!

Sirvo-me deste para informar o levantamento de alvará judicial e inserção de seu respectivo comprovante no gestor.

**NÚMERO DO SINISTRO JUDICIAL:** 200942409201

**NÚMERO DO PROCESSO:** 00024133120098178017

**AUTOR:** DAMIAO JOSE DA SILVA

**VÍTIMA:** DAMIAO JOSE DA SILVA

**JUIZO:** 1º JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE

**VALOR PRINCIPAL:** R\$ 4.554,34

**VALOR DOS JUROS:** R\$ 0,00

**VALOR DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** R\$ 363,95

**IRRF:** R\$ 63,69

**CPMF:** R\$ 0,00

**TARIFA:** R\$ 0,00

**VALOR DO DEPÓSITO RECEBIDO:** R\$ 4.844,60

**DATA DO LEVANTAMENTO PELO ESCRITÓRIO:** 23/09/2011

**DATA DO ALVARÁ:** 12/09/2011

**DATA DO DEPÓSITO:** 23/09/2011

Sendo o que cabia para o momento, permaneço à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

**G|M**

**ADVOGADOS** RECIFE. JOÃO PESSOA. SALVADOR

Diego de Andrade Carvalho Ribeiro Assistente Jurídico

[diego.ribeiro@gemadv.com.br](mailto:diego.ribeiro@gemadv.com.br)

Fone 55 83 3241.1035

[www.gemadv.com.br](http://www.gemadv.com.br)

23/09/2011

BANCO DO BRASIL  
Ouvidoria BB 0800 729 5678

15:17:26

Resgate de Depósito Judicial - Comprovante de agendamento de Crédito em Conta

Protocolo de Resgate : 00000000005321009  
Conta Judicial : 0700129015515

Tribunal : TRIBUNAL DE JUSTICA  
Comarca : VITORIA DE SANTO ANTAO  
Orgão : JUIZADO ESPECIAL CIVEL  
Processo : 24132009

DADOS DAS PARTES

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSO CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04  
Autor : DAMIAO JOSE DA SILVA CPF/CNPJ: 058.663.374-01

DADOS DO ALVARA

Numero do Alvará : 1965/2011 Data do Alvará: 12/09/2011  
Data prevista para o levantamento: 23/09/2011

DADOS DO BENEFICIARIO

Nome : SEGURADORA LIDER DOS CONSO CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

DETALHAMENTO DO RESGATE

Valor do capital	: R\$	4.544,34
Valor dos rendimentos	: R\$	363,95
Valor do IR	: R\$	63,69
Valor líquido do resgate	: R\$	4.844,60

DADOS DO CRÉDITO

Agência: 1769  
Conta : 00000644000-2  
Titular da Conta : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
CPF/CPNJ do Titular da Conta: 09248608000104  
Valor líquido : 4.844,60 Data prevista para o crédito: 23/09/2011

Declaro que as informações prestadas acima são expressão da verdade e me responsabilizo pelas mesmas.

Autorizo o Banco do Brasil cancelar este agendamento de resgate, caso constate que alguma das informações acima não sejam verídicas ou estejam em desacordo com as normas legais vigentes no país.

Local e data:

Telefone para contato:

Assinatura do resgatador:

Nome do Resgatador:

CPF:

Documento de Identidade:

Emitido por:

Data emissão:

Os valores estão sujeitos a alterações até o efetivo processamento do resgate.  
Comprovante definitivo somente após processamento.



[« Home](#)[www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br)[Notícias](#)[Ouvidoria](#)[Endereços do Judiciário](#)

## Juizado Especial: I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão

### Dados do Processo

Número **002413/2009-00**

Feitos Outros

Turma IM

Fase Encerramento

Data 12/09/2011 09:12:28

Movimento Alvará - Levantamento de depósito

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO Nº 1965/2011 Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão, em virtude da lei, etc... Pelo presente alvará, indo por mim assinado, extraído dos autos do Processo nº 0002413-31.2009.8.17.8017 (002413/2009) ( ), promovido por DAMIÃO JOSE DA SILVA contra AMERICAN LIFE, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/, autorizo o Sr(a) SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A CNPJ 09.248.608/0001-04 NA PESSOA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, a levantar e receber junto ao Banco do Brasil, agência 233-X, a importância de R\$ 4.544,34 (quatro mil quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) , com os devidos acréscimos, se houver, que se encontra depositada na conta nº 700129015515, conforme Guia de Depósito a Ordem da Justiça Estadual, realizado em 26.08.2010, podendo para tanto, assinar todo e qualquer documento, dar quitação e realizar demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste alvará. Eu, \_\_\_\_\_, Maria Jaciara de Oliveira P, chefe de secretaria em exercício do Juizado Vitória, mandei digitar o presente expediente, subscrevendo-o. Vitória de Santo Antão, 12 de setembro de 2011. Breno Duarte Ribeiro de Oliveira Juiz(a) de Direito (em exercício cumulativo) Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão R. Joaquim Nabuco, 235 - Matriz - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55612-450 - F: (81)3523-0318

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**I Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão**

R. Joaquim Nabuco, 235 - Matriz - Vitória de Santo Antão/PE - CEP: 55612-450 - F: (81)3523-0318

113  
8


**ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO**

**Nº 051/2011**

Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do I  
Juizado Especial Cível de Vitória de  
Santo Antão, em virtude da lei, etc...

Pelo presente alvará, indo por mim assinado, extraído dos autos do Processo nº 0002413-31.2009.8.17.8017 (002413/2009) ( ), promovido por **DAMIÃO JOSE DA SILVA** contra **AMERICAN LIFE, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SI**, autorizo o Sr(a) **DAMIÃO JOSE DA SILVA**, identidade nº 6871581 SDS/PE, CPF nº 058.663.374-01, a levantar e receber junto ao Banco do Brasil, agência 233-X, a importância de R\$ 9.674,50 (nove mil seiscientos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos), com os devidos acréscimos, se houver, que se encontra depositada na conta nº 700129015515, conforme Guia de Depósito a Ordem da Justiça Estadual, realizado em 26.08.2010, podendo para tanto, assinar todo e qualquer documento, dar quitação e realizar demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste alvará. Eu, Evandro Duarte Cardoso de Souza, chefe de secretaria em exercício do Juizado Vitória, mandei digitar o presente expediente, subscrevendo-o.

Vitória de Santo Antão, 10 de janeiro de 2011.

  
Maria Betânia Martins da Hora  
Juiz(a) de Direito

Damião Jose da Silva

11 01 11